



Projeto de Resolução n.º 46/XV/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO QUE DEFENDA, NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA, O FIM DA IMPORTAÇÃO DE GÁS DA RÚSSIA

A invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa trouxe ao de cima todas as inconsistências da política externa europeia ao longo das últimas décadas. Apesar das repetidas violações do direito internacional por parte da Rússia, com consequências graves para países como a Geórgia ou a Ucrânia, a União Europeia tardou em dar resposta.

No caso da invasão da Ucrânia, infelizmente face à gravidade da situação, a resposta da União Europeia e da maioria das democracias no mundo foi rápida e decisiva. As sanções até agora impostas representam um aviso contra todos os instintos revisionistas que motivam ainda vários atores no palco internacional. A invasão da Ucrânia constitui um confronto decisivo entre duas visões sobre a ordem internacional: de um lado, temos os defensores de uma ordem internacional sustentada na força, que defendem que as fronteiras e a soberania dos Estados estão sempre em aberto; enquanto do outro lado temos quem compreende que nenhuma ordem internacional baseada em regras resistirá à revisão constante da legitimidade das fronteiras e dos governos, quando não dos próprios Estados. O multilateralismo, a cooperação internacional e o estreitamento de laços entre as democracias devem permanecer o principal pilar da política externa daqueles que perfilham este último entendimento sobre a ordem internacional.

Assim, as sanções impostas à Federação Russa também devem ser encaradas num âmbito mais amplo, ultrapassando as questões que importam diretamente ao decorrer da guerra na Ucrânia e a necessidade premente de um cessar-fogo. É do entender da Iniciativa Liberal que as considerações de segurança que sustentam a possibilidade de um embargo energético total à Federação Russa ultrapassam as desvantagens económicas, quando a Rússia já recebeu mais de 44 mil milhões de euros da União Europeia em pagamentos de energia - ultrapassando largamente os 500 milhões de euros prometidos pela mesma União Europeia à Ucrânia. Mais ainda, a Iniciativa Liberal considera fundamental que a União Europeia dê um sinal claro sobre a ordem internacional que deseja defender. Embora esteja em curso um



debate sobre os reais efeitos das sanções em curso contra a Federação Russa, não se deve menosprezar a dimensão dissuasora que estas acarretam para o futuro.

Foi também na sequência desta visão sobre o papel da União Europeia neste conflito que o Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 6 de abril, por via de uma larga e expressiva maioria, uma Resolução instando os Estados-Membros a aplicar um embargo total às importações de gás, petróleo, carvão e energia nuclear da Federação Russa. Pelo seu lado, a Federação Russa já iniciou a sua ofensiva energética contra a UE ao cortar o fornecimento de gás à Polónia e à Bulgária, rejeitando quaisquer pagamentos que não sejam em rublos.

Entretanto, países como a Holanda, a Estónia ou a Polónia já iniciaram esforços com vista ao fim das importações de energia russa, assegurando que não financiam, direta ou indiretamente, o esforço de guerra russo. Entendemos que Portugal, que em 2021 teve quase 10% do gás importando proveniente da Federação Russa, tem também o dever de encetar um esforço de redução total e gradual das importações de energia russa, independentemente da posição dos outros Estados-Membros e de uma eventual posição comum da União Europeia.

No entanto, o Governo português tem permanecido discreto neste debate, mostrando apenas "abertura" à possibilidade deste embargo e não clarificando um calendário de cessação das importações. É também necessário um maior esforço diplomático do Governo na defesa deste embargo energético junto dos Estados-Membros que têm estado mais reticentes a tomar esta decisão.

Ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados propõem que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - No âmbito dos canais diplomáticos adequados, nomeadamente o Conselho Europeu, o Conselho de Negócios Estrangeiros da União Europeia e noutras formações relevantes do Conselho da União Europeia, defenda ativamente o embargo gradual à importação de gás da Federação Russa;



- 2 - Calendarize a eliminação gradual de todas as importações de gás russo para Portugal, independentemente daquela que venha a ser a posição da União Europeia sobre este assunto.

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha